

La colección *Jóvenes con dis...cursos*, impulsada por el Observatorio Javeriano de Juventud, es un instrumento de difusión del conocimiento producido en el campo de la juventud en Colombia. Se nutre de las conferencias presentadas en el ciclo de este nombre y de encuentros diversos, en los que investigadores y académicos presentan sus resultados investigativos o sus reflexiones y debates. Su nombre alude, mediante un juego de palabras, a la puesta en común de distintos saberes, ejes temáticos y perspectivas de análisis, para evidenciar condiciones y contextos que generan realidades y problemas en la vida juvenil colombiana. Desde allí, busca estimular acciones de respuesta y amplios compromisos sociales, para alcanzar el reconocimiento, la equidad y la justicia social para todos y todas y lograr que la vida y la existencia juveniles sean posibles con dignidad y derecho a la ciudadanía.

Estamos diante de uma obra que promove uma especial articulação de importantes pesquisadores das Juventudes no contexto ibero-americano. Nesse importante livro, estão presentes discussões fundamentais àqueles e àqueles que se movimentam para que as vozes – por vezes tão silenciadas – das e dos jovens sejam amplificadas, ouvidas, trazidas ao debate contemporâneo. A diversidade de temáticas aqui discutidas anunciam a própria heterogeneidade do campo de pesquisa, igualmente jovem, como seus sujeitos. Que essas importantes “aproximações aos mundos juvenis” promovidas pela Rede de Pesquisadores em Juventude efetivamente consigam atravessar fronteiras e chegar aos múltiplos espaços a que são endereçadas. Boa leitura!

Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira  
Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Para quem estuda, pesquisa ou trabalha com jovens, o grande desafio é conhecer as realidades juvenis para poder compreendê-las. Buscando efetivar este objetivo, o presente livro apresenta diferentes experiências de pesquisa e de práticas, a partir da diversidade de cenários sociais que impactam as juventudes. Os textos abordam temas como projeto de vida, saúde mental, cultura digital, educação, participação, feminismo e pedagogia da paz, entre outros, buscando ampliar a construção do conhecimento sobre os jovens contemporâneos. Traduz o esforço coletivo de uma Rede de Investigadores de Juventude, com experiências do Brasil, Colômbia e Portugal, ampliando os olhares e as compressões acerca deste importante tema.

Maurício Perondi  
Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Brasil



Faculdade Jesuíta  
de Filosofia e Teologia

MAGHS  
BRASIL | JESUÍTAS BRASIL



MARTHA LUCÍA GUTIÉRREZ BONILLA E VANESSA ARAÚJO CORREIA EDS.

APROXIMACOES AOS MUNDOS JUVENIS. DIALOGOS IBERO-AMERICANOS



## APROXIMACOES AOS MUNDOS JUVENIS. DIALOGOS IBERO-AMERICANOS



MARTHA LUCÍA GUTIÉRREZ BONILLA  
E VANESSA ARAÚJO CORREIA  
EDITORAS ACADÊMICAS



COLECCIÓN JÓVENES CON DIS...CURSOS

### Editoras acadêmicas

Martha Lucía Gutiérrez Bonilla  
e Vanessa Araújo Correia

### Autores

Fabián Acosta Sánchez  
Vanessa Araujo Correia  
Juliana Batista dos Reis  
Natalia Betancourt Andrade  
Marcelo Bonhemberger  
Rosane Castilho  
José Elias Domingos Costa Marques  
Juarez Tarcísio Dayrell  
Juan Raúl Escobar  
Patrícia Espíndola de Lima Teixeira  
Bréscia França Nonato  
Martha Lucía Gutiérrez Bonilla  
Luis Antonio Groppo  
Andréa Marques Benetti  
Sandra Maria de Oliveira  
Mateo Ortiz Hernández  
Lia Pappámikail  
Symaira Poliana Nonato  
Natalia Reyes Fernández  
Jorddana Rocha de Almeida  
Luiz Gustavo Santos Tessaro

Imagem de cubierta  
Fotografia original: Julián Naranjo

**APROXIMAÇÕES AOS  
MUNDOS JUVENIS.  
DIÁLOGOS IBERO-AMERICANOS**



# APROXIMAÇÕES AOS MUNDOS JUVENIS. DIÁLOGOS IBERO-AMERICANOS

Martha Lucía Gutiérrez Bonilla  
e Vanessa Araújo Correia,  
editoras acadêmicas





Pontificia Universidad  
**JAVERIANA**  
Bogotá

Facultad de Ciencias  
Políticas y Relaciones  
Internacionales

[VIGILADA MINECUCACION]

**e**  
**editorial**  
Pontificia Universidad  
JAVERIANA



 **Faculdade Jesuíta**  
de Filosofia e Teologia

**MAG+**  
BRASIL



JESUITAS BRASIL

  
REDE  
BRASILEIRA DE  
INSTITUTOS DE  
**Juventude**

© Pontificia Universidad Javeriana  
© Martha Lucía Gutiérrez Bonilla  
y Vanessa Araújo Correia, editoras académicas  
© Martha Lucía Gutiérrez Bonilla, Vanessa  
Araújo Correia, Lia Pappámikail, Rosane Castilho,  
Patrícia Espíndola de Lima Teixeira, Luiz Gustavo  
Santos Tessaro, Marcelo Bonhemberger, Symaira  
Poliana Nonato, Jorddana Rocha de Almeida,  
Brescia França Nonato, Juarez Tarcísio Dayrell,  
Juliana Batista dos Reis, Sandra Maria de Oliveira,  
José Elias Domingos Costa Marques, Juan Raúl  
Escobar, Andréa Marques Benetti, Luis Antonio  
Grosso, Fabián Acosta Sánchez, Mateo Ortíz-  
Hernández, Natalia Reyes-Fernández y Natalia  
Betancourt Andrade, autores

Primera edición: julio de 2022  
ISBN digital: 978-65-00-48125-9

Editorial Pontificia Universidad Javeriana  
Cra 7.ª n.º 37 - 25, oficina 1301  
Teléfono: 3208320 ext. 4752  
[www.javeriana.edu.co/editorial](http://www.javeriana.edu.co/editorial)  
Bogotá, D. C.

DISEÑO DE COLECCIÓN  
Carolina Maya Gómez

DIAGRAMACIÓN Y MONTAJE  
DE CUBIERTA  
Carlos Arango Vieira

FOTOGRAFÍA DE CUBIERTA  
Julián Naranjo

SERIE  
Jóvenes con dis...cursos

Pontificia Universidad Javeriana, vigilada  
Mineducación. Reconocimiento como  
Universidad: Decreto 1297 del 30 de mayo  
de 1964. Reconocimiento de personería  
jurídica: Resolución 73 del 12 de  
diciembre de 1933 del Ministerio de  
Gobierno.

Prohibida la reproducción total o parcial de este material, sin autorización por escrito de la Pontificia Universidad Javeriana.

# Mulheres, jovens, feministas: coletivos estudantis feministas no Sul de Minas Gerais e a formação política

*Andréa Marques Benetti\**

*Luís Antonio Groppo\*\**

## Introdução

Os movimentos feministas no Brasil voltam a ganhar força no século XXI, em especial nos anos 2010, principalmente pela atuação de mulheres jovens e adolescentes (Medaets *et al.*, 2019). As perspectivas de gênero e o feminismo marcaram o movimento das ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016, ao menos em dois aspectos: no protagonismo feminino e nos processos formativos (Silveira, 2019). Este capítulo trata de alguns resultados da pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”<sup>1</sup> principalmente por meio da imersão da autora —via observação participante e entrevistas— no dia-a-dia de quatro coletivos estudantis feministas em instituições de ensino no Sul de Minas Gerais, entre 2017 e 2019, que resultou em sua dissertação de mestrado em Educação (Benetti, 2019). Essa pesquisa interpretou o feminismo das ocupações como predominantemente popular, protagonizado por adolescentes e jovens e fomentador de Coletivos e de uma intensa formação (e autoformação) política.

O texto busca descrever e analisar a trajetória destes quatro coletivos feministas, entre 2017 e 2019, considerando as ocupações estudantes ocorridas em Minas Gerais, no 2º semestre de 2016, como marcos da formação das estudantes feministas e de seus Coletivos. A perspectiva

---

\* Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas, integra o núcleo de pesquisas de História e Sociologia da Educação e pesquisa as Organizações Juvenis Feministas e os processos de formação política. É professora da Rede Municipal de Ensino de Poços de Caldas.

\*\* Professor da Universidade Federal de Alfenas-MG e pesquisador do CNPq. Doutor em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia da Educação e Sociologia da Juventude.

1 A pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública de Minas Gerais” foi coordenada pelo autor deste capítulo e apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e desenvolvida entre março de 2016 e fevereiro de 2019.

da Antropologia Pós-colonial foi fundamental para a investigação e a análise que deram origem ao texto – especialmente as contribuições teóricas da antropóloga indiana Gayatri Spivak (2010), do palestino Edward Said (2011) e do brasileiro José Jorge Carvalho (2011). Além destas, as análises de gênero, corpo e sexualidade com base nas perspectivas pós-identitárias, como a Teoria *Queer*, especialmente as abordagens da pedagoga brasileira Guacira Lopes Louro (2008) e de Judith Butler (2000) foram utilizadas para a pesquisa.

Pesquisar os Coletivos Estudantis que se articulam em favor de igualdade de gênero apresenta importância fundamental para o entendimento dos anseios e dilemas das jovens estudantes universitárias e dos processos de permanência e exclusão que enfrentam, o que inclusive nos auxilia na compreensão do sentimento de “mal-estar” ou sensação de “deslocamento” de algumas e alguns estudantes no meio universitário, em decorrência das desigualdades de gênero e sexualidade, bem como dos processos de hierarquização e exclusão social (Louro, 2008).

A pesquisa possuiu caráter qualitativo, pois buscou compreender os processos de formação política e a inserção das jovens estudantes nas organizações feministas, de forma a considerar suas vivências e perspectivas pessoais e as do grupo. A pesquisa qualitativa considera a ação dos sujeitos em um ambiente concreto (Chizzotti, 2005), possibilitando a análise do “fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”. (Godoy, 1995, p. 21).

Para tanto, a pesquisadora utilizou-se de dois principais procedimentos de coleta de dados: a observação participante, inspirada na concepção de etnografia urbana trazida por Magnani (2009) e seis entrevistas semiestruturadas com estudantes dos Coletivos, que serviram como forma de aprofundamento às observações, conforme Boni e Quaresma (2005, p. 71), que acreditam que só via entrevista se podem obter dados relacionados aos valores, crenças e opiniões individuais dos sujeitos de pesquisa.

## As ocupações secundaristas

Em reação aos temíveis poderes que passaram a se impor rapidamente sobre o cenário educacional brasileiro, estudantes secundaristas e, logo em seguida, estudantes da educação superior, no final do ano de 2016, ocuparam suas instituições de ensino, em uma onda nacional de ocupações que aparecem como um marco do movimento estudantil em todas as entrevistas realizadas. Não houve reunião ou ato dos Coletivos, não houve fala de entrevista ou conversa informal que deixasse de citar o movimento das ocupações como marco militante e com profundos impactos.

Manuela, estudante que criou seu Coletivo ainda quando cursava o Ensino Médio, fala da Ocupação de sua escola como marco para a formação de seu Coletivo:

(A ocupação) fez total diferença pra formar muitos Coletivos aqui na cidade. Foi um momento no qual a gente percebeu que a nossa voz é bem maior do que a gente podia imaginar e, na verdade, foi por conta da ocupação que eu e a Letícia criamos uma proximidade maior. A gente viu que a gente tinha pensamentos muito

parecidos e acho que é a partir disso que a gente começou a conversar bem mais do que a gente já conversava sobre esses assuntos. E foi quando a gente começou a ter esses pensamentos de participar de Coletivos, a gente sempre ia em palestras juntas, em debates, então quando a gente formou o Femhelp, eu acho que foi uma coisa na qual a gente já estava raciocinando antes. (Manuela, Entrevista, Femhelp, 2019)

É importante também considerar as particularidades do município onde funcionam três dos quatro coletivos investigados, onde aconteceram ocupações de grande potência primordialmente lideradas por mulheres estudantes (Groppo *et al.*, 2017; Silveira, 2019). Poços de Caldas, com menos de 200 mil habitantes, com viés turístico, é um município que se gaba da tradição dos coronéis da época do Café. Curiosamente, foi na escola pública estadual de localização central, uma das consideradas mais tradicionais e até elitizadas, que ocorreu a primeira Ocupação do município. A partir dela, se desencadeou a onda de ocupações do Sul de Minas (Silveira, 2019).

As adolescentes que lideraram a Ocupação da escola central participavam do Grêmio Estudantil e militavam em um Coletivo Feminista escolar. Mantiveram, durante todo o processo de ocupação, a articulação política externa e interna sob suas mãos, o que não significa que o processo tenha sido tranquilo. Ao contrário, as Ocupações foram momento de imenso embate político com as gestões escolares e políticas e com a comunidade escolar.

Na verdade, ocupar escolas é uma ação coletiva radicalizada (Silveira, 2019, p. 12). Essa radicalização implica em ocupar um espaço educacional formal e o reconfigurar completamente, de acordo com as demandas políticas e embates do movimento estudantil com as gestões de âmbito nacional. Mas a radicalização necessária à organização e manutenção de ocupações estudantis também exigiu das adolescentes a permanência no ambiente escolar, longe de casa, algumas vezes por muitas semanas e coordenando um movimento político complexo e extenuante.

Não obstante, para o que nos move a esta pesquisa, os Coletivos Feministas, o contexto das ocupações teve influência direta em todos os grupos pesquisados: três dos Coletivos surgiram após as Ocupações; em contrapartida, um deles se enfraqueceu e teve minadas suas atividades e reuniões após o final de 2016. As Ocupações secundaristas no Sul de Minas Gerais, portanto, impulsionaram a movimentação estudantil de formas variadas.

## Coletivos Estudantis Feministas no Sul de Minas Gerais

Tudo o que aconteceu no Ensino Médio, a Ocupação, as aulas que eu tive, o Grêmio, o Femhelp, tudo isso foi uma guinada pra eu me descobrir, pra eu me conhecer, pra eu me amar, tudo isso foi o que desencadeou pra eu ser o que eu sou hoje e se nada disso tivesse acontecido, com certeza eu seria aquela pessoinha no canto que se esconde, que tem medo de demonstrar o que pensa, que acha estranho poder ter pensamentos fora da caixinha, acha estranho se achar uma pessoa legal, se achar uma pessoa inteligente, uma pessoa capaz de poder ajudar outras pessoas. Eu seria uma

pessoa totalmente introvertida, não só com as pessoas à minha volta, mas eu seria uma pessoa introvertida de mim mesma. (Manuela, Entrevista, Coletivo Femhelp, 2019)

Os quatro Coletivos pesquisados foram formados dentro de Instituições de ensino, um deles por estudantes de Ensino Médio de uma escola pública, o segundo formou-se da militância de estudantes de uma Universidade privada confessional e outros dois em *campi* de Universidade e Instituto Federais. Este capítulo trata principalmente dos três de Poços de Caldas, já que, no período da pesquisa, o Coletivo Feminista Primavera Continua, formado por universitárias de uma instituição federal de outro município sul-mineiro, pouco atuou.

Vale a pena discorrer que o caso do Primavera Continua confirmou algo do qual já se tinha a percepção: os Coletivos Feministas eram extremamente fluidos e os que surgiam dentro de instituições escolares, secundaristas ou universitárias, estavam ainda sujeitos a muitas outras intempéries do meio: época de provas, férias escolares, formatura de estudantes que compunham os Coletivos e que voltavam para seus locais de origem. Com isso, Organizações que em um momento existem e são muito ativas, propondo ações dentro de seus *campi* e em suas cidades, em meses ou dias podem deixar de existir, assim como outras surgem e unem-se de forma muito rápida.

No entanto, do decorrer da pesquisa, passa a ficar claro o quanto as Ocupações contribuíram para minar as atividades deste Coletivo, especificamente. Esse enfraquecimento se deu devido ao desgaste emocional das participantes da Ocupação, que eram as mesmas estudantes formadoras do Coletivo Primavera Continua.

## Femhelp

O Coletivo Femhelp surge no final do ano de 2017, formado por estudantes secundaristas, que se uniram para produção de um trabalho da Feira de Tecnologias, no último ano do Ensino Médio da escola pública em que estudavam. As adolescentes desenvolveram uma página na internet, chamada Femhelp, com o objetivo de informar sobre violência doméstica e receber relatos de mulheres, encaminhando as mesmas para os órgãos oficiais conforme o caso. Assim, a página conta com informações sobre a Lei Maria da Penha e sobre relacionamentos violentos e abusivos, com canal de relatos e com um *chat* que permite conversar com as administradoras e receber informações, ou somente para ser ouvida.

A Plataforma, que era um trabalho escolar de tecnologias em favor da sociedade, acabou permanecendo, e como as estudantes são constantemente acionadas para apresentar a Femhelp para estudantes e mulheres em diversos espaços, terminaram por se tornar um Coletivo, como elas mesmas se definem atualmente:

Hoje em dia eu também vejo muito o Femhelp como um Coletivo, sabe? O tanto de coisa que a gente faz, o tanto de gente que a gente acaba acolhendo. E as rodas de conversa que a gente faz em todos os lugares, por mais que não seja nosso intuito,

parece que é só a gente se reunir que o assunto surge, um debate, todo mundo se conscientiza. (Manuela, Entrevista, Coletivo Femhelp, 2019)

Muito rapidamente, no entanto, o Coletivo ganhou outra configuração. Permaneceram na Femhelp duas estudantes que o criaram originalmente, as mesmas duas que participaram das Ocupações, e houve a inserção de mais uma, irmã de uma das criadoras. A Femhelp conta também com o apoio de uma estudante de Psicologia, que auxilia no trabalho de ouvir e encaminhar as mulheres para os órgãos de proteção. Também há o trabalho rotineiro, completamente voluntário, que é desenvolvido pelas feministas, e ainda o apoio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), que atende mulheres em situação de violência doméstica.

Dessa forma, o Coletivo, que se formou em uma escola, por causa da escola e a partir de um trabalho escolar, transbordou as fronteiras da Educação Formal, concretizando ações de transformação social, atuando diretamente na sociedade. Construiu suas ações de forma a se instalar em parceria com órgãos do Estado na luta por igualdade de gênero. Evoluiu em sua construção digital, a ponto de contar também com um aplicativo, também chamado Femhelp, que agiliza e facilita imensamente a denúncia de violência doméstica, já que pode ser acessado apenas com o toque no celular.

### **Coletivo Panapanã**

O Coletivo Panapanã foi construído em março de 2016 pela iniciativa de estudantes da Graduação em Psicologia de uma universidade confessional. Atualmente é composto por feministas de diversos cursos, como Psicologia, Direito, Medicina e Engenharia. É um Coletivo que mantém exclusividade de participação das mulheres, com exceção dos atos públicos:

Parece que, em alguns eventos que realizaram, do próprio Coletivo, vieram alguns homens que acabaram assediando as meninas. Era um evento pra acabar com esse tipo de prática, mas que acabava reproduzindo, e aí elas decidiram fechar mesmo, até pra ter essa ideia de nós mulheres termos a voz. Então, são mulheres falando pra mulheres, contando suas histórias e tudo o mais, e quando a gente quer fazer um momento que abranja mais pessoas, a gente faz no gramado da faculdade. Quem quiser se aproximar se aproxima e tal, mas não é naquele âmbito de discussão fechada que a gente tem normalmente. (Luzia, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Os Coletivos não mantêm componentes fixos, são bastante fluidos em termos de participação. Ainda assim, durante o tempo das observações que resultaram em Diários de Campo, o Panapanã se manteve como o maior Coletivo pesquisado em relação ao número de participantes, com reuniões que chegavam a contar com vinte pessoas.

Outra característica bastante marcante do Coletivo Panapanã é seu caráter formativo político. As participantes se esmeram em manter calendário anual de atividades, definem

antecipadamente os temas a serem discutidos, assim como as pessoas que coordenarão as formações de cada tema. Algumas de suas ações também constam de sua agenda semestral, o que não as impede de participar de atos políticos com pautas emergenciais, como ocorreu na ocasião do assassinato da Vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro, que mobilizou, na Câmara Municipal da cidade, centenas de mulheres de diversos Coletivos mesmo com apenas dois dias de organização.

A característica formativa do Panapanã o caracteriza como um Coletivo de cunho político bastante reflexivo. A ação formativa que versou sobre aborto consistiu em uma reunião com duração de mais de duas horas, feita à noite, no espaço da Universidade, em sala cedida pelo curso de Psicologia. Para explanar sobre o tema, as estudantes se organizam de maneira que suas formações universitárias coincidisse com o teor de suas falas. Assim, para falar de legislação brasileira em relação ao aborto e suas lacunas, a formadora foi uma estudante do Direito. No decorrer da formação, uma estudante de Medicina tratou das questões relativas à Saúde e os posicionamentos dos Conselhos Regionais e Federais de Medicina.

O Coletivo tem extrema capilaridade e capacidade de articulação em Rede. Duas das estudantes que fazem parte do Panapanã desde sua fundação participam também do Levante Popular da Juventude, coletivo juvenil com relações a movimentos sociais progressistas, o que tem promovido a participação em ações coletivas promovidas por grupos políticos da esquerda no município. Nestes embates, o Panapanã se alia a vários outros Coletivos em pautas de interesse comum, formando uma frente progressista juvenil de grande impacto em um Município interiorano de porte pequeno e conservador.

### **Coletivo Feminista Marielle Franco**

O Coletivo Feminista Marielle Franco se formou com esse nome no ano de 2018, em *campus* de Instituição de Educação Superior Federal. Foi rebatizado e reiniciado nessa ocasião, embora já existisse com outra formação e outro nome desde o ano de 2017, como Coletivo Nise da Silveira.

As estudantes demonstram grande preocupação com a horizontalidade e a democracia na formação do Coletivo. Por ocasião do assassinato da vereadora Marielle Franco, aproveitando o momento de reorganização, o Coletivo se reinventou com outro nome. Pequeno e muito assíduo politicamente dentro de seu *campus*, o Marielle Franco apresenta imensa capacidade de embate com a Instituição, sendo sua marca a exigência de pautas relacionadas a mulheres.

Devido a seu caráter de profunda articulação política, ora se choca com a Instituição, ora se une a ela para ações conjuntas. Os dados colhidos sobre este Coletivo permitiram analisar várias facetas da relação da Instituição com as pautas de gênero, pelo olhar das estudantes, envolvendo a relação com professores e servidores, tamanha riqueza de detalhes e amplitude de ações.

O Marielle Franco é também o único Coletivo estudantil que conta com uma participante professora. Essa participação modifica completamente sua estrutura em relação aos demais pesquisados, já que facilita e promove a penetração institucional, no colegiado de professores

e na gestão do *campus*. A entrada da professora no Coletivo se deu a partir de uma denúncia de abuso sexual feita por uma estudante contra um colega, em que as feministas entenderam que a Instituição não fez seu papel de apuração inicial — a Instituição inclusive chegou a solicitar que o Coletivo retirasse os cartazes que colaram pelo *campus* em protesto.

Outra característica bem marcante do Coletivo Feminista Marielle Franco é estar situado em uma região periférica e pobre da cidade. É um local onde são abandonados cães e outros animais que vagam pelas Avenidas que circundam o *campus*. Dessa forma, muitas estudantes do Coletivo também militam pela causa animal e essa militância passa a ser exercida como embate político em diversas ocasiões: chegaram a criar um carnê mensal para contribuições voluntárias de estudantes do Instituto para comprar ração e custear profissionais veterinários para os cães que vivem dentro do *campus*.

### Gênero e ações coletivas contra as desigualdades

Utiliza-se o conceito de gênero desenvolvido por Joan Scott (1995) para tratar das questões de desigualdade em relação a posições socialmente marcadas como de homens e mulheres. O complexo conceito da autora impacta diretamente no início das análises. Segundo a historiadora, gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e ainda “uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 21).

Falar em gênero, sob esta perspectiva, implica também em mudança epistemológica, conforme nos aponta Rago (1998) em suas reflexões sobre ciência e o feminismo. Assim, perceber que há formas hierarquizadas de se produzir ciência e introduzir um pensamento que abarque as categorias sexuais e de gênero sob a ótica de igualdade culmina em romper com vários pressupostos da pesquisa científica (Rago, 1998), pressupostos estes que ainda a mantém como mecanismo de reforço das desigualdades na sociedade.

O conceito de gênero amplia os termos anteriormente utilizados, como história das mulheres e não nos permite olhar para as relações com posturas essencialistas, mas insere a categoria da diferença para além da identidade, desnaturalizando “as identidades sexuais” e postulando “a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais” (Rago, 1998, p. 06).

Assim, os Coletivos Estudantis que se articulam em favor de gênero e sexualidade terminam por se constituir como movimentos contra forças hegemonicamente construídas e consolidadas, demonstrando resistência. Do mesmo modo, Foucault, citado por Grabois (2011), afirma que o entusiasmo revolucionário demonstra modificação de visão do panorama social pelos grupos que se manifestam em favor dessa revolução. A empolgação pela construção de uma sociedade mais justa perpassa a participação política das jovens nas Organizações, a ponto de assumirem seus Coletivos de forma autônoma e autogerida em relação à Universidade e Institutos.

Relatam-se, para elucidar sobre o cenário de barbárie contra o qual lutam os Coletivos Estudantis Feministas, atos públicos dos quais fizeram parte e que trataram do reflexo municipal dos retrocessos em âmbito nacional, seu potencial avanço e a reativa ação dos Coletivos. Foram várias as ações coletivas observadas em Poços de Caldas, entre as quais: Audiência

Pública que visava discutir Cultura na Câmara dos Vereadores, mas que se tornou campo de disputas de narrativas entre grupos conservadores e progressistas; o episódio que envolveu a tentativa de censura de uma exposição de Arte produzida por estudantes do Ensino Médio de uma Instituição Pública; uma Audiência Pública sobre Educação convocada por vereador que defendia pauta regressiva em matéria de direitos humanos; e manifestação pela efetividade do direito ao “meio passe” estudantil<sup>2</sup>.

Assim como a “Literatura menor”, na definição de Deleuze e Guattari segundo Gallo (2002, p. 172) — busca “subverter uma língua, fazer com que ela seja o veículo de desagregação dela própria”, também a formação política dos Coletivos implica em fazer da própria política, mesmo a Estatal, seu próprio instrumento de desagregação. Para isso, no entanto, é necessário que as estudantes conheçam profundamente o sistema político em que estão inseridas, o que faz com que a formação política no interior dos Coletivos exija atualização constante sobre o contexto político e educacional, além de ser necessário que as estudantes criem condições para colocar em debate suas pautas, o que demanda se deslocar pelas diversas legislações, conhecer seus aliados políticos, ainda que momentâneos, e as formas mais efetivas desses combates.

Nestes atos coletivos e manifestações, as estudantes demonstraram grande conhecimento sobre legislações, políticas públicas, cenário político e funcionamentos das instituições representativas. Lidaram com as tentativas de impor pautas regressivas na Educação e na Cultura, assim como se muniram de dados e argumentos para negociar com a prefeitura a implementação do direito ao meio passe. Nesse último caso, causa até embaraço saber que o resultado da negociação foi que caberia às e aos estudantes fazerem o levantamento dos custos para a efetivação, sem custos adicionais, de um direito que caberia à municipalidade garantir. Tão surpreendente, é que tais estudantes responderam que tinham esta capacidade e se comprometiam a trazê-las à administração municipal em próxima reunião.

## O imbricamento das pautas militantes: raça, classe e gênero nos Coletivos

Todos os Coletivos pesquisados impedem que homens frequentem suas reuniões de formação interna e de auto-organização, mas fazem eventos abertos quando querem abordar determinados temas para possibilitar a participação dos estudantes. O Coletivo Feminista Marielle Franco, porém, pensava em se abrir para a participação de homens gays, inclusive diante do frequente apoio de estudante gay do *campus* nos atos do Coletivo. O Panapanã recentemente abriu parcialmente as formações para os meninos transexuais.

Sobre tal, é importante reafirmar que é ingênuo acreditar que todos os grupos militantes abraçam as causas de outros grupos minorizados. É que as tramas sociais são complexas e implicam em reconhecimento; segundo, as opressões são imbricadas entre si, mas a escolha das pautas nem sempre correspondem à mesma articulação. Ou seja, as opressões se acumulam em uma mulher negra e transexual, mas os Coletivos tendem a se formar em torno de

---

2 Descontos nas tarifas de transporte para jovens.

causas específicas, que certamente se relacionam com a história de suas formações. Sobre a dimensão de classe em um Coletivo Feminista:

Outro dia eu estava conversando com a Amélia também e acho que foi a primeira vez que eu percebi. Ela estava falando: “Ah, o movimento social daqui, é totalmente de classe média, é elitizado”. Aí eu fiquei pensando: “Pô, mais é verdade, cara, elas conseguem estar na UNE, (União Nacional dos Estudantes), estar nos congressos da UNE, conseguem ir pros rolês tudo”. Tinha vezes que eu não conseguia ir na reunião do Levante porque eu não tinha dinheiro pra pagar ônibus, aí eu comecei a perceber isso: é verdade. E às vezes eu não vejo essas pessoas em relações mais humanizadas, tipo, tô chorando, tô puta, não. Só vejo em linha de frente de protestos e aí chega lá falava, falava, falava e era isso, sabe? (Elizabeth, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019)

Essa relação da elitização dos movimentos sociais é muito isso, a gente vê nitidamente. Teve época que a gente estava brigando por causa do lance de corte de verbas e as meninas (de outro Coletivos Feministas de uma Universidade Privada) estavam organizando festas. Sabe, quando te dá aquele choque assim, tipo, enquanto as meninas estão tendo tempo e tal pra organizar as festas delas, se a gente tá lá brigando pelo mínimo? É muito discrepante! (Olga, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019)

Como já foi informado, o Coletivo Feminista Marielle Franco se localiza em um *campus* na periferia da cidade e é formado por estudantes de classes populares. Muitas delas necessitam do auxílio estudantil para manterem-se na Universidade. No entanto, uma das estudantes de outro Coletivo, este de Universidade Privada, relata que a diferença social é também uma disputa de pautas e discursos em seu Coletivo:

O esforço que a gente tenta ter lá no Coletivo —não faz tanto tempo que eu estou lá, mas eu tenho percebido— que é de não se tornar um Coletivo elitista. Então, nós vamos nos preocupar aqui com nossas questões, não desmerecendo, porque todas as pautas dos Coletivos são importantes, mas tem Coletivos que se preocupam só com padrão de beleza, só em se depilar ou não se depilar, entendeu? Cabelo curto ou longo. Mas é preciso tratar de coisas que a gente vê que tá tudo em cadeia, que não faz parte só de um ponto, é uma coisa muito mais ampla, e eu vejo esse movimento de tentar deixar mais amplo. Daí, se no Coletivo é discutido aborto, isso é uma discussão já das mulheres que tem uma condição financeira melhor e que vão lá nas clínicas caras e fazem o aborto até que seguro. (...) A pessoa que não tem condição morre. Morre ou tem sequelas horríveis em consequência de abortos. Então, acho que é uma tentativa de dizer, olha, a gente tá aqui, a gente tem tal problema, mas tem gente

lá fora que tem tal problema, a gente tem que abordar esse problema também, até pela nossa relação com outras pessoas. (Luzia, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Há ainda, e isso é perceptível nos Coletivos pesquisados, questões de reconhecimento e invisibilização, muitas vezes por meio de processos sutis. Não foi presenciado, em nenhum momento das observações, nem foram relatadas nas entrevistas, qualquer fala que buscasse atacar outros grupos minorizados. No entanto, como nos recortes de falas acima, a invisibilização das opressões de classe e etnia fica bastante clara e frequentemente aparece nos discursos das próprias estudantes:

(...) naquele ponto de mulheres negras e mulheres brancas, apesar de todas terem que lutar pelos seus direitos, algumas vezes elas lutam por coisas diferentes. Então, assim, a gente vê, até na História mesmo, antigamente falava-se muito da luta das mulheres por trabalhar fora de casa. Mas, a mulher negra e a mulher pobre já trabalhavam fora de casa, não é? Então elas nem tiveram essa oportunidade de lutar por trabalho, elas têm outras lutas. Então, acho que me deu essa dimensão de mais diferença ainda. Eu tinha essa noção de que tem diferença, mas acho que o Coletivo deixou mais claro pra mim, assim: que seja um Coletivo, mas que esteja lutando juntos, mas que tem que entender que muitas vezes são lutas diferentes. Foi legal que eu aprendi isso. (Olga, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Entretanto, no decorrer das entrevistas, passa a ficar bastante claro que a invisibilidade das pautas sobre a mulher negra, assim como a pauta de classes, não se fixa a partir dos Coletivos, mas a partir da própria lógica social e Institucional.

(...) lá (na Universidade) eu me deparei realmente com essa questão racial, do racismo estampado na cara mesmo, dessa desigualdade que a gente tem e da questão de quotas. Lá a gente percebe a questão de quotas porque a gente entra dentro de uma sala de aula e vê que tem dois negros, sendo que a maioria da população é negra, então onde estão esses negros? (Elizabeth, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

Esses negros na verdade estão trabalhando pra conseguir comer, pra conseguir se manter. Eles não estão tendo oportunidades. As quotas, sim, são importantes, mas elas ainda não são suficientes pra que os negros consigam se manter dentro de uma Universidade. (Elizabeth, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019)

A relação estabelecida entre dificuldade de acesso às Instituições pela população negra e pobre e a inserção destas categorias nos Coletivos Estudantis, não é feita pelas estudantes negras de forma numérica somente. Seria simplificador apontar que há menos negros na Universidade e, portanto, menos mulheres negras no interior dos Coletivos, somente. Quando

os apontamentos passam a ser feitos por uma mulher negra, temos como resultado, além da complexidade das opressões étnicas e de gênero, depoimentos muito fortes sobre as implicações do não acesso e sobre as dificuldades das meninas negras em militar dentro de Coletivos:

(...) eu acho que tem primeiro esta dificuldade de estar inserido na Universidade, e eu acho assim, que isso é uma visão minha. Mas eu acho que o negro, quando ele entra na faculdade, já tem uma postura, especialmente a particular, como é meu caso, de não querer incomodar, porque as quotas, as pessoas ainda acreditam que é uma esmola, então acho que elas pensam que em cavalo dado não se olha os dentes. Então, se eu já estou aqui estudando, deixa eu ficar de boa, deixa eu não incomodar, que é pras pessoas não quererem me colocar do lado de fora, entendeu? Que é pra eu não causar problema também, não é? Nem pra mim, nem pro meu lugar, que eu consegui com tanto custo. Eu acho que tem um pouco dessa visão também. (Luzia, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Portanto, o não acesso histórico da população negra brasileira à Universidade provoca danos de caráter subjetivo bastante graves para as estudantes negras. Sua inserção por meio das quotas, que é direito e exatamente por isso se constitui como política afirmativa que visa sanar desigualdades, ainda é sentido por estas estudantes como um impacto “desmerecido” em suas relações com a Universidade e com demais estudantes. Ou seja, embora ocupem o lugar que lhes é de direito, relatam ainda sentir que há “incômodo” por parte de estudantes e por isso, tantas vezes, preferem não se inserir em um Coletivo de luta, para não causar “problemas para o espaço”.

Não seria correto, apontar, no entanto, que os Coletivos pesquisados não buscam abordar, em suas formações, as várias categorias minorizadas socialmente. Embora variem muito em suas formações, de acordo com as Instituições em que se inserem e as características das próprias estudantes que as formam, e apesar da relativa invisibilização das outras pautas além do gênero, é através de seus Coletivos que as estudantes lutam pela articulação entre as pautas. Esse panorama se reflete muito na formação política interna dos Coletivos:

O que eu vejo que acontece, às vezes eu trago uma vivência que a outra não tinha pensado ainda, então eu tenho um diferencial, eu não sou só mulher, eu sou mulher e negra, então apesar de estarmos todas juntas ali, a militância de uma mulher negra não é exatamente a militância de outra mulher branca, não é. E aí, eu acho que cada uma traz uma perspectiva diferente que faz a outra pensar assim: “Nossa, nunca tinha pensado por esse lado”! Às vezes até eu me deparo falando assim: nossa, mas nunca nem imaginei que isso pudesse acontecer, não é? (Luzia, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

As estudantes falam sobre as pautas étnicas dentro dos Coletivos Estudantis a partir de duas matrizes principais. Primeiro, há a necessidade de discussão sobre etnia recortando a

pauta de gênero em qualquer situação, pois são elementos indissociáveis. Ou seja, há necessidade de abordar sobre a mulher negra dentro de todo feminismo. Segundo: por mais que essa fala possa e deva ser realizada por qualquer Coletivo ou na própria Instituição, ela precisa ser representada. Representatividade significa vivenciar a opressão e construir a militância de seu grupo entrecruzando as subjetividades. Esse cruzamento de diversidades no interior dos Coletivos provoca modificação estruturante na formação política e nos atos dos Coletivos. Sobre as duas matrizes:

(...) tem dois lados que a gente tem que pensar. Em todo lugar tem que ser discutida a questão racial. Isso aí é ponto, não é? Tendo pessoas negras ou não tendo pessoas negras, isso tem que ser discutido. Só que quando tem pessoas negras no lugar, a discussão toma outra dimensão porque você dá lugar de fala, dá voz pra pessoa negra e, a partir disso, além das teorias e dos textos e tudo mais, a gente vai falar de vivências próprias nossas. Então eu acho que isso contribui tanto pra gente poder estar falando, quanto pras meninas estarem escutando e vendo como que é ser uma mulher negra. É diferente. (Luzia, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Assim, a estudante caracteriza sua experiência de formação interna em seu Coletivo em relação às pautas étnicas como modificadora do próprio contexto de feminismo que se pensava até então. A fala a que se refere foi realizada por ela e mais uma estudante negra, as duas únicas mulheres negras que compõem este Coletivo que, até final de 2018, antes da chegada delas, não contava com nenhuma estudante negra:

(...) porque esse semestre, eu fui falar sobre mulher negra, mulher negra e desigualdade social e aí, acho que enquanto eu e a outra estudante fomos falando de nossas experiências e tal, acho que as meninas ficavam um pouco assim também: “Nossa, nunca imaginei! Nunca aconteceu!” Sabe? Não tinha esse sentimento pra elas. Eu acho que isso modifica um pouco. (Luzia, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

E se é certo que as experiências pessoais de representatividade são essenciais para compor pautas de diversidade no interior de Coletivos Feministas, há que se pensar no componente do desgaste que expor as vivências pessoais pode provocar nas estudantes:

E acho que isso é tão legal, da gente entender que muitas vezes a gente tem que ser um pouquinho bichinho de zoológico, sabe? De se fazer, de se mostrar pra que as pessoas possam entender. Por mais que seja chato, o assunto seja chato, tem perguntas que são um pouco ridículas, mas a gente acha que é ridículo porque a gente já tem esse conhecimento e a outra pessoa não tem. Então, assim, é legal expor esse movimento também de dar informação e não só de receber. (Luzia, Coletivo Panapanã, 2018)

Sobre as obviedades de conhecimentos que possuem os grupos específicos e que são completamente ignorados por outros grupos, Luzia relatou acima que o que ela sabe é tão banal que chega a lhe parecer ridículo que lhe perguntem sobre, porque trata-se do que ela é, de suas vivências mais particulares e cotidianas, trata-se de sua vida. No entanto, esse conhecimento da estudante, como mulher e negra, é desconhecido para outros grupos, mesmo sendo composto por feministas.

A estudante exemplifica perfeitamente do que trata a subalternidade proposta pelos etnógrafos pós-coloniais (Carvalho, 2001, p. 110). A partir da politização da Antropologia nos países periféricos e das propostas “anti-imperialistas e pós-coloniais” é que se busca compreender e produzir etnografia a partir do “olhar subalterno”. O olhar subalterno é a construção de alteridade do nativo quando “retruca” o olhar do colonizador sobre si (Carvalho, 2001, p. 116).

Ainda assim, Carvalho (2001) e Spivak (1990) alertam para o fato de que somente esvaziar o lugar do sujeito referência não faz com que seja ocupado pelos sujeitos marginalizados. É necessário, mais que isso, que o etnógrafo se implique na realidade que interpreta, sem “despolitizar o contexto que apresenta para enquadrar sua etnografia” (Carvalho, 2001, p. 118)

O que Luzia nos apresentou, dessa forma, o conhecimento sobre seu grupo específico, o de uma mulher negra cursando Universidade Privada, sob o sistema de quotas, dentro de um Coletivo Feminista, até então branco, tem caráter de representatividade. As feministas têm nos ensinado sobre representatividade quando nos trazem o conceito de “lugar de fala”. Trata-se de um termo nativo, surgido dentro do meio militante, que significa, em primeira instância, que o sujeito tome a voz e se autorrepresente. Dessa forma é que a fala sobre o povo negro deve ser protagonizada por ele próprio, sobre a mulher por ela mesma, sobre as lutas LGBTQIA+ pelos seus próprios representantes. A frase, já célebre: “Nada de nós sem nós”, é frequentemente utilizada para se referir ao lugar de fala.

Mas seria suficiente tratar da representatividade em forma de lugar de fala? Pegamos emprestadas as contribuições de Spivak (1990), em sua obra “Pode o subalterno falar?”, quando trata de representatividade. A autora indiana diferencia os termos “Vertretung” e “Darstellung”, ambos utilizados por Karl Marx em sua obra “Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”.

O primeiro termo, *Vertretung*, diz respeito à representatividade como a conhecemos no sistema político atual. Votamos em alguém que nos represente em determinado cargo, como um sujeito mediador. *Darstellung*, no entanto, significa a representatividade como forma de se autorretratar dos sujeitos, é uma categoria que implica historicamente quem representa como parte de um grupo do qual participa e pelo qual pode legitimamente falar, sem mediação (Carvalho, 2001).

Lugar de fala, portanto, se relaciona com *Darstellung*, na medida em que dispensa a mediação e implica em sujeitos tidos como marginalizados, diretamente implicados na política referente ao grupo que representa. Óbvio está, no entanto, que não é suficiente fazer parte do grupo minorizado se nosso olhar referencial está ainda centrado na hegemonia. Interessante pensar, através do relato da estudante sobre a pauta das meninas lésbicas, em como a representatividade pode compor uma troca simultânea:

Acho que o mesmo papel que eu tenho pra elas na questão de mulher negra, elas têm pra mim na questão de serem lésbicas. Então, elas me dão essa dimensão do quanto é difícil, do que elas passam aqui. Das dificuldades de ser uma mulher lésbica. Eu acho que essa é a parte interessante. (Luzia, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Representar seu grupo ao ponto de se “sentir meio bichinho de zoológico”, como relatou Luzia (2018), no entanto, se dá muitas vezes como forma de cobrir o vácuo institucional que as estudantes sentem em relação às suas pautas na Educação Formal. Essa exposição e os embates a que se submetem as estudantes podem ser profundamente desgastantes. Utilizamo-nos, para tal afirmação, de exemplos retirados do Diário de Campo e das entrevistas.

Todas as mulheres que contam sobre suas inserções em seus Coletivos, que tantas vezes coincide com o início dos próprios Coletivos, apontam que já havia algo engatilhado em relação à participação política. No entanto, um estopim, algum acontecimento marcante, as levou a construir ou inserir-se em um Coletivo.

Com exceção da professora, Olga, que entrou no Coletivo em decorrência do choro de suas alunas, as demais relatam agradavelmente seu início nas Organizações. A cumplicidade com a professora, o interesse pelas pautas sociais, o enlace com outras estudantes e visita a outros Coletivos são descritos de forma tranquila e prazerosa pelas estudantes. Lúcia Rabello de Castro associa a associação dos jovens a um grupo da seguinte forma:

A lenta assunção de cada indivíduo à condição de sentir-se, de reconhecer-se e de agir como parte desse todo maior apoia-se na construção dos laços sociais, derivados não da semelhança entre iguais, nem tampouco das afinidades de parentesco ou afetivas, mas da identificação com objetivos considerados coletivamente como importantes. (Castro, 2008, p. 253)

A essa associação que se dá de acordo com a identificação de uma pauta coletiva importante, mas cuja apropriação se dá de forma pessoal, individual, a autora dá o nome de “subjetivação política”. (Castro, 2008).

A presença e a criação dos Coletivos Estudantis dentro de Instituições de ensino nos apontam, na realidade, para o próprio exercício político em seu caráter mais próximo do conceito de democracia, o exercício do poder popular como litígio. Rancière (1996) nomeia de litígio o processo de condução da verdadeira democracia, sendo ela a própria ruptura com a suposta harmonia de um Estado que ainda se alega democrático. Se, portanto, na democracia formal, o que se espera é um acordo institucional de funcionamento, um pacto de silêncio de manifestações populares, já que tudo deve andar conforme o estabelecido, esse silêncio resultante de um acordo implícito de paz é o próprio desaparecimento da política.

Os Coletivos nos mostram exatamente o oposto, o exercício político mais próprio ao caráter democrático, fazendo aparecer a face do povo, que não é pacífica, mas sim perturbadora. Essa perturbação, quando lidamos com um campo usualmente disciplinador, como é o da Educação, faz estremecer as estruturas que supõem a escola para todos, a inclusão de

todas as pessoas no âmbito educacional. Os Coletivos nos obrigam a “contar os incontáveis” (Rancière, 1996, p. 117).

## Considerações finais

“Não me peça silêncio, não cesso, não Kahlo, não paro, meu grito não tem medo do teu falo!”, é a frase que estampou o cartaz do Coletivo Feminista Marielle Franco em reação ao professor que se negou a liberar as estudantes para um evento reflexivo sobre políticas de direitos das mulheres no dia 08 de março de 2018.

O falo institucional se impõe como símbolo máximo das estruturas de poder, através das práticas discursivas hegemônicas. A Universidade exerce seu poder fálico machista na medida em que não estrutura estas atividades no corpo de sua grade, formalmente. Dependendo da liberação de um professor para que as estudantes compareçam a um evento que visa discutir direitos já relega à discussão um caráter marginal, institucionalizando a diferença, estruturando reiteradamente nos currículos os discursos normativos de gênero.

Não se trata, entretanto, de culpar as Instituições de ensino ou de não buscar olhar para suas limitações estruturais e sociais. Trata-se, e esse sim é o propósito do trabalho, de apontar, a partir do ponto de vista de subalternidade, para a forma com que o machismo se estrutura formalmente no âmbito educacional, como as políticas educacionais estão solidificadas e materializam relações de poder, naturalizando-as como se fossem intrínsecas e próprias do meio educacional.

No entanto, como lembra-nos Butler (2000), “os corpos não se conformam nunca” e é justamente através desta lacuna que o sistema pode se voltar contra si mesmo. É e exatamente porque a reiteração é necessária, porque os discursos hegemônicos precisam circular, se fazer presentes e se reafirmar a todo instante, que rearticulações podem ser geradas de forma a questionar o sistema em que estão inseridas.

Os Coletivos Estudantis Feministas se inserem nesta lacuna, são rompimentos com o que há de hegemônico, provocam a trinca interna, na medida em que apresentam caráter de contradiscurso no meio acadêmico, no qual as epistemes ainda se voltam para os modelos universalizantes de ensino e pesquisa. Pensando nos discursos conforme Foucault (1996), não reduzo discurso à fala, mas abarco todas as estratégias discursivas de poder: símbolos, ações, normas, bandeiras, além do que é dito, as lacunas.

Assim, a colada dos cartazes é contra discursiva dentro da Universidade, as ações na Câmara Municipal e no centro das cidades do interior da coronelista Minas Gerais, onde se articulam os diversos coletivos agrupados, desnudam a necessidade de repetição que são próprias dos discursos de poder instalados socialmente. A cada ato, palavra, bandeira, cartaz, ocupação da tribuna e de espaços públicos, a cada grito, beijo e batuque de cada uma das estudantes mulheres ali agrupadas, descama-se a aparente tranquilidade hegemônica.

E por se ver desnudo é que se volta cada vez mais reacionário. O poder do falo, que é sempre simbólico, está calcado no medo de sua própria falta, conforme Freud. O poder fálico precisa ser reiterado todo o tempo, porque só é poder na medida em que é ameaçado de faltar.

O medo da perda da virilidade social que reveste nossas Instituições aparece de forma cada vez mais impositiva para fazer-se permanente, para se instalar como verdade, para parecer natural e dado.

É necessário que haja veneração ao falo, caso contrário toda virilidade se coloca ameaçada (Costa & Bomfim, 2014). Em momentos políticos conservadores, o que se vê é a extrema busca e valorização dos símbolos de poder masculinizantes, como os discursos que apelam para o retorno da ditadura militar e o endurecimento contra grupos que destoam da norma heterossexual.

Quando o grito feminista perde o medo do falo e assume os embates educacionais para ocupar o lugar que sempre foi negado às mulheres, não é o poder de um professor homem que está ameaçado, é o próprio poder institucional, é o próprio abalar dos discursos hegemônicos que estremece. E assim que um indivíduo representante desse poder fálico sente a ameaça da falta, ele se sente agredido, porque parece uma afronta que um grupo historicamente excluído dos discursos oficiais ouse exigir espaço.

Podemos pensar então, que da mesma forma que a produção e reiteração das normas de gênero o materializa sobre os corpos, produzindo os corpos abjetos (Butler, 2000), também as normas de gênero reiteradas pela instituição produzem indivíduos com experiências marginais à formalidade educacional.

## Referências

- Benetti, A. M. (2019). *Meu grito não tem medo do teu falo: a formação política no interior de coletivos estudantis feministas do Sul de Minas Gerais*. Dissertação Mestrado em Educação, Universidade Federal de Alfenas.
- Boni, V., & Quaresma S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica Em Tese*. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In Louro, G. L. (Org.). *O corpo educado. Autêntica Editora*.
- Carvalho, J. J. (2001, jul.). O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*.
- Castro, L. R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*.
- Chizzotti, A. (2005). Pesquisa em ciências humanas e sociais. *Cortez*.
- Costa, A. & Bomfim, F. (2014). Um percurso sobre o falo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto a. *Ágora*, 17, (2), 229-245. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000200005>
- Foucault, M. (1996). A Ordem do Discurso — Aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. *Ed Loyola*
- Gallo, S. (2002). Em torno de uma Educação Menor. *Educação e Realidade*.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>.

- Grabois, P. F. (2011). Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 19. <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/viewFile/55736/59152>
- Grosso, L. A., Trevisan, J. R. F., Borges, L. F. & Benetti, A. M. (2017) Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD — Educação Temática Digital*. DOI: 10.20396/etd.v19i1.8647616.
- Louro, G. L. (2008) Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro- Prosições*. <http://www.scielo.br/scielo.php>.
- Magnani, J. G. C. (2009, dez.). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*. <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32ao6.pdf>
- Medaets, C., Mezie, N. & Carvalho, I. C. M. (2019) “Todo desconstruídinho”: jovens líderes do movimento estudantil Ocupa Tudo RS. *Reflexão e Ação*. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/13592>.
- Rago, M. (1998) Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, J., Grossi, M.(orgs.) — Masculino, Feminino, Plural. *Ed. Mulheres*.
- Rancière, J. (1996). O desentendimento. *Editora 34*.
- Said, E. (2011). Cultura e Imperialismo. *Editora Companhia de Bolso*.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, UFRGS.
- Silveira, I. B. (2019). “Lute como uma menina”: Gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. Dissertação Mestrado em Educação, Universidade Federal de Alfenas.
- Spivak, G. C. (1990). The post-colonial critic: Interviews, strategies, dialogues. *Routledge*.
- Spivak, G. C. (2010). Pode o sulbaterno falar? *Editora da UFMG*.